

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Randolph, Rainer

Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 15, núm. 1, mayo, 2013, pp. 11-31

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional  
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951683002>

# EM BUSCA DE UMA AGENDA PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

UMA HOMENAGEM A ANA CLARA TORRES RIBEIRO

RAINER RANDOLPH

**R E S U M O** *No âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES constatamos uma nova realidade da pós-graduação brasileira na Área de Planejamento Urbano e Regional que se constitui, nos últimos dez anos, através do credenciamento, de programas que (i) se encontram, em sua maioria, fora dos principais centros urbanos do país e (ii) estão voltados para a temática do desenvolvimento regional e da gestão territorial. O presente trabalho procura contribuir para uma reflexão acerca de uma agenda para a formação pós-graduada comprometida social e territorialmente em vista dos desafios que significam as condições atuais que se distinguem, significativamente, daquelas que alimentavam reflexões semelhantes no início do novo milênio as quais serão recuperadas em nossa argumentação, com a proposta de retomada de uma agenda formulada por Ana Clara Torres Ribeiro em 2002.*

**P A L A V R A S - C H A V E :** *Planejamento Urbano e Regional; agenda; pós-graduação; Ana Clara Torres Ribeiro*

## INTRODUÇÃO

Uma das importantes características das transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade brasileira nos últimos anos foi, sem dúvida, a ampliação do acesso à formação universitária em locais distantes dos principais centros do país. Esta progressiva “interiorização” da formação acadêmica atingiu, também, sobremaneira a formação ao nível da pós-graduação. Coloca-se, assim, de forma premente o problema de atender a demandas de formação profissional em lugares distantes e com especificidades próprias. Cabe neste sentido tomar cuidado em

(...) reconhecer e tratar as diferenças sem gerar perdas teóricas; aderir a modelos desconectados dos contextos investigados; aceitar modismos e cair em casuismos. Mas, este desafio inclui, também, a superação de generalizações que, por estimularem falsas homogeneidades, pouco avançam no conhecimento da diversidade que caracteriza o país. Sem dúvida, cada vez mais, a sociedade brasileira requer ser mais bem conhecida, o que dependerá da promoção de debates, entre especialistas e atores políticos, centrados na construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual (Piquet; Ribeiro 2008, p. 58).

Para a área acadêmica de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, como uma das quarenta e oito áreas criadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior – CAPES, fundação vinculada ao Ministério da Educação, esse desafio está muito claro. Isto é fato em especial para a subárea de Planejamento Urbano e Regional, marcada nos últimos anos pela tarefa de credenciar, acompanhar e avaliar programas de pós-graduação situados em locais distantes dos principais centros metropolitanos, ou mesmo em áreas de fronteira. Assim, neste universo de programas, desde 2006 até os dias de hoje, foram credenciados cursos e programas em Boa Vista (RR), Macapá (AP) e Palmas (TO) na região Norte, em Canoinhas (SC), Chapecó (SC), Pato Branco (PR) e Taquara (RS) na região Sul, em Campina Grande (PB), Natal (RN) e São Luiz (MA) na região Nordeste e em Divinópolis (MG) na região Sudeste, além da área já contar anteriormente com programas em Santa Cruz do Sul (RS), Blumenau (SC) e Toledo (PR) na região Sul; Taubaté e São José dos Campos (SP), Campos dos Goitacazes (RJ) na região Sudeste e dois em Goiânia (GO) e dois em Salvador (BA). Ou seja a maioria dos trinta e dois programas atualmente credenciados dessa subárea de conhecimento se encontra fora dos principais centros urbanos do país.

Como foi colocado por Piquet e Ribeiro (2008), é um enorme desafio para esse conjunto de programas lidar com as diversidades e limitações da situação na qual se encontram e, simultaneamente, contribuir para um debate acerca de um “futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual”.

De uma forma geral, os próprios mecanismos de que a CAPES dispõe, podem ajudar, sem, no entanto, serem suficientes para vencer esse desafio. Sem querer subestimar as valiosas contribuições específicas das diversas áreas de conhecimento da CAPES, fornecidas nos momentos de credenciamento, acompanhamento e avaliação dos programas, há a necessidade de um debate mais amplo que transcendia as delimitações acadêmicas e disciplinares dessas áreas na CAPES. Debate que pode (e deve) se tornar possível no âmbito das associações nacionais de pós-graduação que, em princípio, cada uma dessas áreas possui.

Isto vale também para o caso do universo em pauta dos programas da subárea acadêmica de Planejamento Urbano e Regional da CAPES cujo fórum de debate não deve ser limitado ao seu conjunto de programas. Por isto a importância de se fazer parte de uma associação mais abrangente que é a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Essa associação, criada em 1983, por cinco programas de pós-graduação, que hoje conta com sessenta programas, é formada por programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, que estão envolvidos no debate acerca do desenvolvimento, do planejamento e de projetos urbanos e regionais; preocupados com a redução das enormes desigualdades dentro das nossas cidades e entre as regiões brasileiras; e, em última instância, estão em busca de proposições para uma sociedade mais justa.

A intenção do presente trabalho, por conseguinte, é desenvolver uma argumentação capaz de fornecer elementos e argumentos para a discussão acerca de uma agenda para a formação pós-graduada comprometida social e territorialmente. É importante ter em mente que essa rápida referência aos programas credenciados na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES serve apenas como o ponto de partida para o presente ensaio. O universo mesmo da reflexão aqui desenvolvida abrange, tendencialmente, todos os programas de pós-graduação, membros da ANPUR, ou determinados subconjuntos destes como será explicitado no decorrer da argumentação.

Inicialmente, para pensar essa agenda, será recuperado um debate a respeito do

ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional, ocorrido no inicio do novo século no âmbito da ANPUR. Naquele momento foi formulada uma proposta de uma agenda para a área, que será o fio condutor para a argumentação do presente texto.

A partir de um certo confronto entre dois posicionamentos expressos por dois autores que se manifestaram, então, a respeito das características e dos destinos da área de planejamento urbano e regional da ANPUR, chega-se à conclusão que o ponto central para a formulação dessa agenda é a questão da interdisciplinaridade ou da investigação interdisciplinar da área.

Após um breve excuso a respeito de diferentes perspectivas acerca dessa temática, será apresentado, na última parte do presente ensaio, um balanço a respeito da interdisciplinaridade como esta se expressa, *de facto*, especialmente na produção científica dos docentes dos programas que integram a área na CAPES.

Na conclusão será rapidamente retomada a questão da formulação de uma agenda a partir de uma volta às propostas de Ana Clara Torres Ribeiro formuladas em 2002.

## **UMA AGENDA COMPROMETIDA COM A “COERÊNCIA ANALÍTICA” DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Acreditamos ser oportuno, num momento em que se procura identificar os contornos de uma área em permanente mutação – como é o caso das atividades de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional -, olhar para trás para enxergar as origens desse constante incremento da complexidade. E, talvez, encontrar alguma inspiração naquele momento, em que se imaginava, ainda, que havia a potencialidade de criar ou mesmo consolidar alguma coerência que iria emprestar certa unidade a essa área, apesar de toda sua diversidade.

Encontramos elementos para retomar essa reflexão em dois ensaios publicados na revista da associação (Ribeiro, 2002 e Gunn, 2002) que foram formulados a partir de debates ocorridos no primeiro Seminário de Ensino e Pesquisa da ANPUR, realizado em 2001. Ambos procuraram mapear, de forma diversa, as diferenças e semelhanças de um “campo de conhecimento” formado pelas atividades de ensino e pesquisa dos programas filiados à ANPUR.

No primeiro destes trabalhos, Ribeiro (2002) se preocupa em apresentar propostas para o ensino que “buscam refletir o contexto, mais amplo, em que hoje são desenvolvidas práticas didáticas na área do planejamento urbano e regional” com a intenção de contribuir para, o que designa de, uma “coerência analítica” da área. Reconhece, no entanto, que quaisquer propostas de solução dependerão

(...) das trajetórias individuais reunidas nas instituições e dos diferentes caminhos percorridos por cada programa de pós-graduação, nos processos de construção do planejamento urbano e regional como área exigente de formação acadêmica e investimentos científicos. Sem dúvida, essa área, relativamente jovem, encontra-se configurada como um campo de estudos em permanente transformação seja pela agregação de novas disciplinas e temáticas seja por ajustes teórico-conceituais e metodológicos trazidos pela expansão de suas fronteiras, o que desafia fortemente o ensino (Ribeiro, 2002, pp. 63).

Naquele momento histórico, início do século XXI, a autora identifica como o grande exemplo das pressões que a área sofre e às quais deva dar respostas, as

(...) mudanças na administração pública e em papéis assumidos pelo Estado. Para a área, esta última frente de processos possui especial relevância, na medida em que a ação do Estado encontra-se na sua origem, constituindo, portanto, um tema irrecusável de reflexão (Ribeiro 2002, p. 64).

É nesse contexto de aceleração das transformações tanto sociais como técnicas que a autora aponta como forte desafio o de “preservar a coerência analítica da área, o que torna especialmente relevantes, e também estratégicas, as decisões relativas aos conteúdos obrigatórios da formação de novas gerações de especialistas” (Ribeiro, 2002, p. 64). Esse desafio desdobra-se em uma multiplicidade de expressões a respeito da sua atualização, da pedagogia, da interdisciplinaridade, da formação e dos fundamentos da área, além de desafios que tem sua origem em tendências à fragmentação institucional.

Ao concluir seu ensaio, a autora formula um conjunto de propostas à ANPUR que entende como possibilidades no enfrentamento dos desafios a serem vencidos e cuja implementação, assim, contribuiriam para reforçar aquela “coerência analítica” que foi a meta de todo o esforço de sua reflexão.

Sem poder nomear todas essas propostas aqui (vide Ribeiro, 2002, pp. 70-71), serão mencionados apenas os dois grandes grupos de medidas propostas pela autora: por um lado, têm-se as medidas cuja implementação caberia à direção da ANPUR; por outro, têm-se aquelas cuja realização e implementação recairia sobre os membros (filiados) da ANPUR que deveriam contar com o apoio de sua diretoria.

Se algumas dessas propostas foram realizadas, ainda que de uma forma mais pontual nestes últimos doze anos, ao nosso ver não houve, ou não se fez perceber, um avanço em sua implementação sistemática e, consequentemente, não ocorreu nenhum avanço em relação à preocupação principal da autora: o fortalecimento de uma “coerência analítica” da área de planejamento urbano e regional na ANPUR. Ao contrário, usando a crescente diferenciação temática dos programas credenciados pela CAPES na área de planejamento urbano e regional como indicador, a ANPUR encontra-se mais longe do que nunca da referida coerência, o que de alguma forma não a fortalece. O catálogo de propostas de Ribeiro (2002) segue, portanto, tão atual como há doze anos atrás.

## **ARQUITETURA, URBANISMO E PLANEJAMENTO: DIFERENÇAS OU OPOSIÇÕES?**

O segundo trabalho que nos serviu de base foi publicado por Philip Gunn (2002), após a realização do mesmo seminário da ANPUR, em 2001. Seu ensaio teve por intenção apresentar um retrato sintético das prioridades de pesquisa em arquitetura, urbanismo e planejamento de um determinado grupo de programas de pós-graduação que pertenciam a duas áreas acadêmicas da CAPES: Arquitetura, Urbanismo e Design, por um lado, e Planejamento Urbano e Regional/Demografia, por outro.

Se Ribeiro (2002) se refere em sua análise ao conjunto de filiados e associados à ANPUR sem nomeá-lo, Gunn (2002), por sua vez, usa para sua reflexão como referência

um número delimitado de programas que formam um conjunto que chama de “Área ANPUR”, a qual não abrange completamente nem todos os programas credenciados nas duas referidas áreas pela CAPES naquela época, nem todos os programas de pós-graduação filiados ou associados à ANPUR em 2001. E, em seu recorte particular, sequer contempla programas de pós-graduação das áreas de Geografia, Administração ou Economia e mesmo de outras áreas, então já filiados à ANPUR.

Para situar sua análise das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação que formaram o seu universo de trabalho, Gunn (2002) inicia seu ensaio com uma breve recuperação histórica da área de arquitetura, urbanismo e planejamento no século XX que, conforme salienta, surge na Inglaterra em 1909 com a criação de um curso de Civic Design na Universidade de Liverpool.

Ao acompanhar essa elaboração de Gunn, fica claro que a história, à qual se refere, como ele mesmo diz, é fundamentalmente a do urbanismo que durante um primeiro período até o final da segunda guerra mundial seria caracterizada por uma “dualidade” da arquitetura/urbanismo. Em seu entender no Brasil haveria uma certa especificidade à medida que o urbanismo “emergiu como uma especialidade de desenho arquitetônico da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro e como uma especialização em Engenharia Urbana na Escola Politécnica em São Paulo em 1917” (Gunn, 2002, p. 46) a qual denomina de “dualidade” urbanismo/planejamento.

Para o autor, mesmo no período pós-guerra até os anos 70 do século XX não teria havido uma substantiva mudança desse quadro, apesar de uma série de modificações institucionais que se expressaram na Universidade de São Paulo (USP) através da cisão com a Escola Politécnica e a fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP). Em relação à FAUUSP, essa segunda fase é caracterizada pelas dualidades da arquitetura/urbanismo e do urbanismo/planejamento.

Na década de 1970 foram criados os primeiros cursos de pós-graduação junto às faculdades de arquitetura e urbanismo das Universidades Federais de Pernambuco, Brasília e Rio Grande do Sul e da Universidade de São Paulo, respectivamente, em Recife, Brasília, Porto Alegre e São Paulo. A única exceção foi o Rio de Janeiro, onde o mestrado em planejamento urbano e regional nasceu como subprograma da área de engenharia de produção junto à Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O autor vê no Rio de Janeiro o início de uma referência que rompe com a “hegemonia dos arquitetos” na área por ele observada, à medida que o planejamento passa a ser compreendido dentro de uma abordagem interdisciplinar “com a presença de arquitetos, mas também de geógrafos, economistas, sociólogos, além de engenheiros, estatísticos, advogados e outros profissionais nos campos de estudos urbanos e regionais” (Gunn, 2002, p. 47). Em nota de rodapé neste lugar do seu texto, Gunn fala de uma reação à abordagem interdisciplinar nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, como aconteceu de forma típica na FAUUSP, com a criação de uma “espécie de *enclave disciplinar* de docentes ‘não arquitetos’ para tratar o assunto ‘fundamentos’ no curso de graduação” (Gunn, 2002, p. 47; destaque nosso) onde a hegemonia dos arquitetos sobre sociólogos, historiadores, demógrafos é assegurada.

Contudo, é apenas na década de 1980 que a perspectiva interdisciplinar do planejamento consegue se consolidar, no Brasil, através do mestrado em planejamento urbano e regional e da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR – no Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas da UFRJ. Tomando

por um lado a FAUUSP e por outro lado o IPPUR-UFRJ, o autor afirma que esses “casos institucionais em São Paulo e no Rio de Janeiro demonstram trajetórias historicamente não somente diferentes mas opostas” (Gunn, 2002, p. 47).

Essa “oposição” atravessa, então, aquela área que o autor denomina de “Área ANPUR” com os programas de pós-graduação listados no Quadro I, a seguir.

Em termos das áreas acadêmicas da CAPES, os filiados pertencem às duas áreas já mencionadas antes: um número maior, dez no total que incluía também a FAUUSP, pertence a área de Arquitetura, Urbanismo e Design, sendo apenas um programa da subárea do design. Já em relação à área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia havia um grupo de quatro programas na subárea de planejamento urbano e regional que inclui o programa do IPPUR-UFRJ, e três que são da subárea de demografia.

Quadro I: “Área ANPUR”

Programa de Pós-Graduação	IES / Local	Área CAPES
1. Arquitetura e Urbanismo	UFRN: Natal	AU/Design
2. Arquitetura e Urbanismo	UFBA: Salvador	AU/Design
3. Arquitetura e Urbanismo	UnB: Brasília	AU/Design
4. Arquitetura	UFMG: Belo Horizonte	AU/Design
5. Arquitetura	UFRGS: Porto Alegre	AU/Design
6. Urbanismo	PROURB - UFRJ: Rio de Janeiro	AU/Design
7. Design	PUC-Rio de Janeiro	AU/Design
8. Arquitetura e Urbanismo	UPM: São Paulo	AU/Design
9. Arquitetura	USP/SC: São Carlos	AU/Design
10. Arquitetura e Urbanismo	USP (FAU): São Paulo	AU/Design
1. Desenvolvimento Urbano	MDU - UFPE: Recife	PUR/Demog. → PUR
2. Análise Regional	UNIFACS Salvador	PUR/Demog. → PUR
3. Planejamento Urbano e Regional	IPPUR - UFRJ: Rio de Janeiro	PUR/Demog. → PUR
4. Planejamento Urbano e Regional	PROPUR - UFRGS: Porto Alegre	PUR/Demog. → PUR
1. Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	ENCE: Rio de Janeiro	PUR/Demo → Demo
2. Demografia	Unicamp: Campinas	PUR/Demo → Demo
3. Demografia	CEDEPLAR UFMG: Belo Horizonte	PUR/Demo → Demo

Fonte: Elaboração Própria

Os programas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criados e credenciados na área de planejamento urbano e regional, são programas ligados aos respectivos departamentos de arquitetura e/ou urbanismo. Assim, fora do âmbito desses departamentos havia apenas o programa da UFRJ e o da UNIFACS – hoje Universidade do Salvador. A posição destacada do IPPUR-UFRJ em termos da sua excelência acadêmica lhe reservou um destaque especial também no âmbito da própria associação.

Já naquele momento se anunciava, com o programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS – e a existência de um mestrado em desenvolvimento regional na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) no Rio Grande do Sul, que obteve seu credenciamento pela CAPES apenas na primeira década dos anos 2000 -, uma tendência que iria ganhar corpo e se fortalecer nos anos seguintes dessa mesma década: a do crescimento vertiginoso de cursos voltados para a temática do desenvolvimento regional que se tornaram majoritários na área já ao final da primeira década do século XXI, totalizando vinte programas em 2012, de um total de trinta e dois progra-

mas na área de planejamento urbano e regional a que se somam quatro de demografia.

Ao selecionar apenas aqueles programas acima relacionados, Gunn (2002) consegue fortalecer seu argumento de que haveria uma certa oposição entre um grupo de programas de pós-graduação vinculados a área de Arquitetura, Urbanismo e Design na CAPES que estaria, nas palavras dele naquele momento, sob a “hegemonia dos arquitetos”, contra um outro grupo caracterizado pelo perfil interdisciplinar de uma outra área da CAPES – no caso a de Planejamento Urbano e Regional em que se podia observar certas formas híbridas daqueles programas que continuavam vinculados a departamentos de arquitetura e urbanismo.

A identificação por Gunn (2002) de uma oposição entre diferentes abordagens e perspectivas relativas ao planejamento urbano e regional está em desacordo com a visão de Ribeiro (2002), como visto no item anterior, que defendia a existência de alguma coerência, de caráter analítico, entre os membros da ANPUR que precisava ser fortalecida. Vamos dedicar o item seguinte a um breve confronto entre essas duas opiniões.

## **COERÊNCIA VS. OPOSIÇÃO?**

O que não deixa de ser surpreendente é um certo “paradoxo” em relação às propostas apresentadas por Ribeiro em 2002: por um lado, se as observamos hoje, retrospectivamente, elas parecem tão atuais como há mais de dez anos atrás quando foram formuladas. Mas, por outro lado, como observamos, aparentemente, não houve nenhum avanço significativo em direção a uma “coerência analítica” da área apesar de certos esforços que possam ter sido realizados nessa última década.

Houve, recentemente, uma chance de retomar essas ideias pela própria autora, com sua eleição como presidente da ANPUR para a gestão de 2011 a 2013. Lamentavelmente, em razão de seu precoce e trágico falecimento, pouco após haver assumido o cargo, nunca saberemos se ela teria tido maior sucesso na implementação daquela agenda em relação às gestões que a antecederam. Por causa dessas circunstâncias, que levaram à necessidade de passagem para uma nova gestão, houve dentro da associação um breve período de indefinição que, apesar de ser superada rapidamente, gerou uma série de obstáculos e dificuldades para uma atuação dentro dos moldes preconizados por Ribeiro (2002), por aqueles que assumiram a responsabilidade pela associação nessa situação.

A pergunta que cabe ser feita, seria, então, se a dificuldade de implementar a agenda vislumbrada por Ribeiro (2002) já não estava implícita na própria diversidade – ou mesmo oposição, nas palavras de Gunn (2002) – dos membros da associação com seus interesses diversos. E, se fosse assim, se Ribeiro (2002) estaria equivocada, relativamente, com sua análise. Ou seja, ao invés de se poder pressupor uma “coerência analítica” da área naquele momento, seria mais provável que houvessem “coerências” parcelares que conviviam e convivem, mais ou menos harmonicamente, sob o “guarda-chuva” geral da ANPUR.

Sem querer e pretender chegar aqui a nenhuma conclusão definitiva – provavelmente, a realidade é muito mais complexa do que simples polos entre “oposição” e “coerência” -, há argumentos para se concordar mais com a tese de Gunn (2002) do que com a de Ribeiro (2002).

Sob essa suposição – da existência de uma oposição que permaneceu mesmo nos

anos que se seguiram às análises dos dois autores - seria possível atribuir a ineficácia das propostas de Ribeiro (2002) não à sua própria formulação, mas compreendê-la como um sinal de que não havia nenhum interesse maior em adotar uma agenda que só iria tornar explícito exatamente aquilo que permitia algum acordo tácito entre aqueles programas “em oposição”. Haveria uma certa plausibilidade para a afirmação que, mesmo não havendo nenhuma “coerência analítica” na ANPUR, essas oposições nunca se tornaram suficientemente profundas para inibir arranjos temporários entre os expoentes das diferentes posições. Assim, seria compreensível entender como foi possível manter uma certa “unidade” da associação à medida que não se instalaram incompatibilidades e contradições entre as frações que souberam se arranjar naquela época e nos anos seguintes por meio de uma alternância nas posições de presidência e de diretoria. Essas são apenas hipóteses, cuja discussão mais aprofundada foge do escopo do atual trabalho; mas que, talvez, merecessem alguma atenção.

O ano de 2001 foi especialmente interessante, porque havia a previsão que a presidência iria passar para o IPPUR que havia sido o responsável pela organização do Encontro Nacional no Rio de Janeiro. No entanto, nenhum docente do instituto se prontificou naquele momento a assumir esse cargo máximo e a FAUUSP assumiu a presidência.

## **PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS MUDANÇAS DE UM CAMPO DE CONHECIMENTO**

Gunn (2002) limitou sua análise da “Área ANPUR” a uma oposição entre programas com forte enraizamento em arquitetura e urbanismo e programas de planejamento urbano e regional com abordagens interdisciplinares. Negligenciou, com isto outros programas filiados à ANPUR, já em 2001. Isto porque – hipótese nossa – julgava que para seu argumento essa limitação seria suficiente. Pois, em seu entender, não havia necessidade de contemplar os programas de outras áreas disciplinares como a Geografia, Administração e Economia com uma atuação que, em sua visão, iria além de suas limitações disciplinares. A diferença e a oposição que encontrou, portanto, foram determinados por esse *procedere*.

Para explicitar melhor essas diferenças (ou oposição) entre a trajetória histórica da formação e consolidação do campo do urbanismo – apontado acima brevemente por Gunn (2002) – e a do campo do planejamento urbano e regional é interessante incorporar à nossa discussão uma análise que foi, anos mais tarde, realizada por Piquet e Ribeiro (2008).

As autoras partem da constatação de um momento de debate bastante diferente daquele em que se deram as discussões acima apresentadas. No dualismo urbanismo/planejamento – apontado por Gunn (2002) – o planejamento volta à atenção com o ressurgimento de uma temática durante os primeiros anos da primeira década do novo século: a do desenvolvimento como também já mencionado brevemente.

Voltam à cena as análises sobre os motivos que induziram o nosso desenvolvimento a apresentar um caráter espacial e socialmente tão desigual. Retomam-se, enfim, as questões de longo prazo, buscando as razões que, nas palavras de Celso Furtado, levaram à construção interrompida do país” (Piquet/Ribeiro, 2008, p. 49).

A história do planejamento e da formação de planejadores se inicia nos países ocidentais após a grande crise econômica de 1929/30 e a política do *New Deal* nos EUA onde o “Estado é percebido como o agente político e econômico apto a conduzir projetos de desenvolvimento que resultariam não apenas na expansão do produto e do emprego, mas também, na superação das desigualdades espaciais” (Piquet/Ribeiro 2008, p. 50). A mesma aceitação do papel do Estado e do planejamento vai se consolidando após a segunda guerra mundial em relação a diferentes países do mundo e, inclusive, em relação à América Latina para a qual os órgãos multilaterais elaboram agendas dentro de uma perspectiva de “desenvolvimento” para seus países. Fala-se, no cenário latino-americano, de uma fase de “planejamento para mudança” quando são lançados, nos anos 1950 e 1960 os primeiros cursos sobre planejamento pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes.)

No Brasil, a partir da década de 1940, várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia; mas, até 1956, essas tentativas limitaram-se à formulação de diagnósticos, propostas, medidas setoriais ou de racionalização do processo orçamentário. Até então, o planejamento regional havia se restringido a esforços voltados ao desenvolvimento de bacias hidrográficas e, no plano urbano, a experiências de cidades planejadas segundo princípios do urbanismo funcional-racionalista. É com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956 -1961) que tem início, de modo mais consistente, o planejamento governamental (Piquet; Ribeiro, 2008, p. 51).

Com o golpe militar de 1964 houve um reforço a um determinado tipo de planejamento por meio da elaboração de uma série de Planos entre os quais se destaca o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no qual a dimensão urbana do desenvolvimento ganha maior destaque ao lado de questões voltadas para cidades médias, desconcentração industrial e outros assuntos. Já antes mesmo desse plano foram criados os programas de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional para a formação de quadros em diferentes órgãos públicos de desenvolvimento como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), Banco Nacional de Habitação (BNH) e outros órgãos do governo federal. Prevalece, nesse período, uma abordagem racional, tecnicista do planejamento em consonância com os processos de decisão cada vez mais centralizados e autoritários.

A redemocratização do país na década de 1980 foi acompanhada por um forte movimento de mobilizações e movimentos sociais voltados contra o Estado e seus aparelhos autoritários que permitiram, já naquele momento, o desmonte de uma série de agências e instrumentos de planejamento. Cabe destacar que não se criou, durante toda aquela década, nenhum curso de pós-graduação na área de planejamento urbano e regional.

Na década de 1990, com o aprofundamento da redução da influência do Estado na economia e na sociedade no bojo de um projeto neoliberal, mesmo os programas então existentes, na área de planejamento urbano e regional, se viram levados a deslocar suas preocupações para análises críticas de abordagens de planejamento como o planejamento estratégico e para investigações e estudos de problemas urbanos e, espe-

cialmente, intraurbanos. Foram deixadas, assim, em um segundo plano preocupações com a escala regional das transformações econômicas e sociais, que mereceram pouca atenção neste período.

Uma nova reversão das perspectivas aconteceu no inicio do novo século com uma gradual recuperação da força de intervenção do Estado. Em particular, o planejamento urbano viveu uma retomada a partir da aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e de sua regulamentação. O que deu origem a uma verdadeira “indústria” de consultoria para elaborar Planos Diretores urbanos. Mas, também o desenvolvimento regional voltou à pauta das discussões. Cabe notar que, nestes últimos anos, o tema do desenvolvimento tornou-se relevante nos debates sobre o destino do país; e com isto o embate entre diferentes projetos políticos e concepções teóricas acerca da sua relação com o território (Brandão, 2007).

Em geral, como dizem Piquet e Ribeiro (2008; p. 57)

(...) as concepções de desenvolvimento passam a ser mais uma vez tema relevante nos debates sobre os destinos do país. O enfrentamento teórico e político dessa questão requer avançar nas análises territoriais com pesquisas que busquem identificar a lógica de funcionamento dos vários circuitos de valorização do capital, em seus vínculos com as condições de vida da população.

Desafio ainda maior depois da crise do capitalismo dos anos 2008 a 2010, cuja solução (provisória?) apenas foi possível através de maciças intervenções por parte dos Estados (governos) nos países industrializados.

Comparada essa história do planejamento à brevissimamente apresentada trajetória da arquitetura e urbanismo pode se reconhecer uma diferença significativa não apenas das práticas, mas também e principalmente das matrizes conceituais e metodológicas das investigações e das respectivas formas de envolvimento com as realidades de diferentes segmentos da sociedade e com órgãos de governo.

Mais ainda do que era visível por ocasião da discussão anterior a respeito da dualidade urbanismo/planejamento, a atual explicitação mais aprofundada e detalhada dos diferentes períodos do planejamento urbano e regional esclarece como o planejamento (urbano e regional) se encontra cada vez mais distante de abordagens com referências a Arquitetura e Urbanismo. Não é que deixasse de contemplar as determinações físicas da vida; mas, se incorporaram os conceitos de espaço e de território nas suas concepções e análises etc. como elemento fundante de uma visão totalizante de um planejamento comprometido com a transformação social (Randolph, 2008).

Diante dessas constatações parece cada vez menos provável que a “aposta” de Ribeiro (2002) a respeito da “coerência analítica” possa servir como bandeira para gerar a mobilização necessária entre os membros da associação para realizar as propostas que formulou para a ANPUR. Mesmo assim, a validade das propostas de Ribeiro (2002) não desaparece, porém elas necessitam ser colocadas dialeticamente em um outro contexto que não seja o da “coerência”, mas de um determinado tipo de “diversidade”, que permite a convivência de formas diferenciadas de unidades: ou seja a explicitação e mútuo reconhecimento de formas definidas de investigações interdisciplinares voltadas para compreensão e transformação da sociedade brasileira em suas múltiplas articulações escalares.

## INTERDISCIPLINARIDADE, PRAGMATISMO E REFLEXÃO SOBRE VISÕES DO MUNDO

Pois, é a própria autora (Ribeiro 2002, pp. 64ss) que aponta nessa mesma direção quando discute os diferentes desafios que a associação e seus membros enfrentam.

Isto fica especialmente patente quando fala do desafio à formação de profissionais. Para ela, é o próprio reconhecimento da natureza dos desafios do trabalho inter- e transdisciplinar que significa “um estímulo para que os cursos, reunidos pela área, busquem a mais ampla interlocução com outros departamentos e instituições, tais como aqueles dedicados à filosofia, às artes, ao direito e ao conhecimento geohistórico” (Ribeiro 2002, p. 68). Neste contexto, referindo-se à pedagogia, alerta que “a carência de uma reflexão consistente do ensino é portadora de riscos da sua rápida redução a formas, mais ou menos sofisticadas, de treinamento, especialmente em áreas inter- e transdisciplinares, como é o caso do planejamento urbano e regional” (Ribeiro 2002, p. 65).

Essa “reflexão consistente”, para enfrentar esse risco, não se pode realizar apenas por meio de pautas temáticas para cujo tratamento se “mobiliza” diferentes disciplinas. Ou nas palavras da autora: “A organização apenas temática da produção de conhecimento restringe o intercâmbio acadêmico e cria a imagem de que a formação acontece pelo acompanhamento arguto de mudanças superficiais” de todo tipo de mudanças sociais, econômicas, políticas ou culturais em determinada sociedade. E chega, então, a concluir – em nossa opinião - que a

(...) difusão dessa imagem dificulta a correta transmissão da ideia nuclear de que o conhecimento em áreas inter- e transdisciplinares é exigente de uma reflexão que envolva o trato cuidadoso de visões de mundo e, ainda, a observação de mudanças culturais que repositionam a ciência nas expectativas da sociedade (Ribeiro 2002, p. 67).

É nesse sentido de uma reflexão sobre perspectivas do mundo que a própria discussão sobre a interdisciplinaridade deve e cabe ser realizada; pois, é ela mesma inserida em controvérsias que se fundamentam em diferentes visões do mundo.

Inicialmente precisa ser constatado que não existe nenhuma unanimidade em relação à compreensão da interdisciplinaridade ou, como alguns autores preferem, daquilo que caracteriza a investigação interdisciplinar. Em termos gerais, há aqueles autores que distinguem dois posicionamentos diversos cujo ponto nuclear se constitui na divergência em relação a possibilidade ou necessidade de uma “integração” entre diferentes conhecimentos, por um lado, e há outros autores que diferenciam a partir do reconhecimento das “imbricações” e influências de interesses, práticas e poderes ao trabalho interdisciplinar, por outro.

Talvez a perspectiva mais difundida a respeito da interdisciplinaridade seja aquela que Repko (2011, p. 4) chama de “*generalist interdisciplinarian*”. Esse visão “generalista” entende a interdisciplinaridade como qualquer forma de diálogo ou interação entre duas ou mais disciplinas. O diálogo, nesse caso, não pressupõe nenhuma forma de integração entre os diferentes saberes envolvidos na investigação interdisciplinar. É essa compreensão que se encontra também na maioria dos dicionários no verbete a respeito do termo “interdisciplinaridade” ou “interdisciplinar” com adjetivo.

Uma vertente dessa compreensão generalista da interdisciplinaridade se encontra em Floriani (2004), quando a define como um diálogo entre disciplinas científicas, no intuito de ampliar a explicação dos objetos de conhecimento disciplinares, como no caso da bioinformática, que reúne diversas disciplinas afins. Entretanto, o que esse autor depois chama de uma segunda visão não parece romper com essa visão “generalista”, mas introduzir nela uma “acrúscimo pragmático” como pode-se dizer a partir daquilo que Ribeiro (2002) mencionou como risco a respeito da apropriação da interdisciplinaridade como mera técnica. Como nota Floriani (2004), essa perspectiva restringe-se mais ao campo da pesquisa temática, opondo-se tanto à visão das assimilações progressivas entre disciplinas, como da justaposição de umas sobre outras. Essa visão reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares, sobre temas previamente definidos (Floriani, 2004, p. 144). O próprio autor adota essa segunda versão para compreender a interdisciplinaridade em pesquisas socioambientais.

No Brasil, os autores “clássicos” como Japiassú e Fazenda – como também muitos outros autores que se manifestaram a respeito dessa temática - apresentam seu raciocínio a respeito da interdisciplinaridade a partir de uma perspectiva idealista, vinculada à filosofia do sujeito. Japiassú foi responsável por introduzir, no Brasil, a partir de 1976, as concepções decorrentes do Congresso de Nice, na França em 1969, próximas à compreensão generalista do termo. Ele e Ivani Fazenda são considerados responsáveis pela veiculação do tema no Brasil, sendo o fulcro temático de Japiassú epistemológico, e o de Fazenda, pedagógico; entretanto, os dois autores têm como base de suas teses a filosofia do sujeito (Alves, Brasileiro e Brito 2004).

Uma segunda perspectiva, chamada por Repko (2011, p. 4) de *integrationist interdisciplinarian*, está voltada à “integração” entre diferentes disciplinas na investigação interdisciplinar. Repko defende que essa visão se distingue da generalista porque, nesse caso, a própria integração é o objetivo do trabalho interdisciplinar na medida em que essa integração consegue desafiar a complexidade com a qual está-se lidando.

Para Jantsch e Bianchetto (1997) e Diaz (2012) o diferencial entre diferentes perspectivas não se dá em torno da integração entre diferentes disciplinas, como define Repko , mas como imbricação e explicitação das condições sociais e materiais de uma determinada época, em particular do modo de produção vigente, na produção do conhecimento interdisciplinar. A interdisciplinaridade como produto histórico precisa ser compreendida dentro exatamente do contexto e das determinações históricas. Para esses autores as outras concepções são a-históricas e, por causa dessa condições, torna-se impossível encontrar nelas aquilo que os autores chamam de “substratos para a interdisciplinaridade”. “A construção histórica de um objeto implica a constituição do objeto e a tensão entre o sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento” (p.11-12).

O que está em pauta, na discussão sobre a interdisciplinaridade não é meramente o método e a possibilidade de superar através dela a fragmentação e a especialização da Ciência. É necessário problematizar a relação entre objeto e sujeito e abandonar o “racionalismo cartesiano que afirma um sujeito (pensante) que se põe a si mesmo” (p.12). Apenas uma concepção histórica do pensamento e de seu “movimento” será capaz de dar conta da relação entre objeto e sujeito, “posto que nem objeto e nem sujeito são autônomos” (Jantsch; Bianchetto, 1997).

A mesma perspectiva adota Diaz (2012) quando demonstrou a imbricação entre saber e poder, em uma abordagem histórica, através da própria trajetória do pensamento

científico e de suas contribuições para determinadas visões de mundo que estiveram, intimamente, articuladas a processos de dominação política e social nas respectivas sociedades. Durante séculos a epistemologia aristotélica se manteve dominante e forneceu o suporte (legitimidade) para os regimes absolutistas dos correspondentes períodos históricos com seus fundamentos geocêntrico e antropocêntrico.

É com a ciência moderna e sua razão moderna (racional) que este paradigma se rompe; concomitantemente com a ascensão da burguesia que se torna, aos poucos, força dominante nas sociedades que iniciam a industrialização. Essa razão moderna se impõe tanto ao conhecimento como à moral e leva a processos de exclusão de determinados saberes enquanto conhecimento “válido” como debatido por diferentes autores.

Portanto, os reclamos pela inter- e transdisciplinaridade precisam ser compreendidos dentro de uma trajetória histórica da ciência articulada às condições materiais e sociais das condições da produção de conhecimento. Assim, para Diaz (2012), esses reclamos apontam para um novo período de conhecimento – e de exercício do poder – que pode ser chamado de pós-ciência.

## **CONSTITUIÇÃO DE UMA ÁREA INTERDISCIPLINAR**

Aquele desafio da interdisciplinaridade não ser apropriada como técnica, mas situá-la num contexto de uma reflexão sobre diferentes visões do mundo levou a um posicionamento da atual argumentação a favor daquela perspectiva materialista-histórico-dialética. Essa visão não permite simplesmente “imputar” qualquer “interdisciplinaridade” – como mero diálogo entre disciplinas, como instrumentos analíticos provindos de diferentes disciplinas ou mesmo como conhecimentos integrados e articulados no âmbito da ciência – a uma área como aquela que é objeto da presente discussão.

A “interdisciplinaridade” precisa ser identificada analiticamente e trabalhada reflexivamente a partir de uma investigação da própria constituição dessa área.

Para essa análise pode-se recorrer a aquela parte anterior do atual texto que apresentou exatamente os condicionantes “externos” da trajetória deste campo de conhecimento que começa a ser formado, se altera e modifica e vem a se consolidar, ainda de uma forma provisória e diferenciada, em tempos mais recentes. Se o conhecimento presente nos primórdios dessa área, na década de 1970 e 1980, ainda sobreviveu, seu significado passou por várias reformulações durante sua trajetória e precisa ser submetido a novas reinterpretações, superações ou incorporações a outros conhecimentos com o andar das próprias transformações das suas condições de produção e apropriação. Essa foi uma das principais preocupações que Ribeiro (2002) também expressou em seu texto.

Ao articular os contextos históricos acima indicados com uma trajetória da área através da criação de novos programas deveria ser possível, então, reconhecer uma certa “lógica” entre essas duas trajetórias que influenciam as formas de interdisciplinaridade que caracterizam a área em diferentes momentos. Esperar-se-ia que as referências históricas em sua materialidade e concretude de transformações sociais, econômicas, políticas etc. mostrem de forma bastante clara e inequívoca uma relação entre os “objetos” (e objetivos) das propostas (de novos cursos) com os “sujeitos” proponentes, sem expressar tão somente uma necessidade (um tanto abstrata) de avançar no diá-

logo entre disciplinas ou de gerar formas de integração entre elas. E, neste sentido, a interdisciplinaridade não apareceria como resultado de uma reflexão explícita da área de planejamento urbano e regional, mas sim da prática daqueles que a formulam, até mais implicitamente, ao propor programas e cursos de pós-graduação na área. Assim, a própria constituição da “interdisciplinaridade em planejamento e demografia” sugeriria que esta seja melhor compreendida por uma visão histórica/dialética do que por uma visão generalista ou da filosofia do sujeito. Não é a tarefa de explicitar essa visão histórica/dialética na sua profundidade que será possível realizar neste lugar; a análise aqui se limitará a um certo “proxy” dessa visão a partir da contemplação das denominações dos cursos.

Assim, para permitir a realização dessa articulação ainda superficialmente, no Quadro II abaixo pode-se observar quais programas da subárea de Planejamento Urbano e Regional na CAPES foram credenciados em quais anos.

A observação dos nomes desses programas e cursos permite uma primeira aproximação à compreensão das mudanças qualitativas pelas quais passou essa área em termos dos seus campos de atuação, temáticas, naturezas e sua localização. Seria um aprofundamento da identificação dessas transformações que julgamos relevantes para construir a interdisciplinaridade dessa área.

Já foi mencionado antes, que os primeiros programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional foram criados no início da década de 1970 em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de formar quadros qualificados tanto para a formulação como para a implementação de políticas urbanas e regionais que o então regime militar vigente idealizava.

Durante a década de 1980 não se abriu nenhum novo curso de mestrado e doutorado na subárea de planejamento urbano e regional, que naquele período ainda se encontrava junto com os cursos de arquitetura e urbanismo na CAPES. Então, apenas foi credenciado um curso em demografia. No mesmo período foi encerrado o curso da Universidade de Brasília e o de São Paulo permaneceu vinculado à área de arquitetura, urbanismo e design após a separação das duas áreas na CAPES. Um aumento pouco significativo para cinco programas (com seis cursos) em Planejamento Urbano e Regional ocorreu durante a década de 1990; em que se inclui o credenciamento de dois cursos de doutorado (IPPUR-UFRJ, MDU/UFPE), (ver Quadro II, ao lado).

Na primeira década do século XX, houve uma excepcional aceleração do crescimento da área especialmente na sua subárea de planejamento urbano e regional. Mesmo de 2010 até 2012 foram credenciados mais oito programas, entre os quais três mestrados profissionais; a subárea conta agora com oito mestrados profissionais. Em fins de 2012, a área contava com trinta e dois programas na subárea de planejamento urbano e regional e com quatro programas de demografia.

Como já foi observado logo no início deste trabalho, durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas subáreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da área.

Apenas na virada do século, esse padrão vai mudar com certa velocidade e profundidade com a abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em localidades mais distantes dos principais centros do país. Esses cursos de pós-graduação trazem de

Quadro II: Programas da Área PUR na Capes

Programa	IES	UF	Região	Data da recomendação M/D
Desenvolvimento e Planejamento Territorial	PUC-GO	GO	CO	2005
<i>Desenvolvimento Regional (MProf)</i>	ALFA	GO	CO	2006
<i>Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano</i>	UNAMA	PA	N	2006
<i>Desenvolvimento Regional</i>	UFT	TO	N	2006
<i>Gestão de Políticas Públicas (MProf)</i>	UFT	TO	N	2012
<i>Desenvolvimento Regional da Amazônia</i>	UFRR	RR	N	2011
<i>Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional</i>	UNIFAP	AP	N	2005
<i>Desenvolvimento Regional</i>	UEPB	PB	NE	2008
Desenvolvimento Regional e Urbano (M/D)	UNIFACS	BA	NE	1999/2005
<i>Desenvolvimento Socioespacial e Regional</i>	UEMA	MA	NE	2010
Desenvolvimento Urbano (M/D)	UFPE	PE	NE	1975/1999
Estudos Urbanos e Regionais	UFRN	RN	NE	2010
Planejamento Ambiental (MProf)	UCSAL	BA	NE	2006
Planej. Territorial e Desenvolvimento Social (M/D)	UCSAL	BA	NE	2005/2012
<i>Desenvolvimento Regional (MProf)</i>	INESP	MG	SE	2011
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	UFRRJ	RJ	SE	2011
<i>Planejamento e Desenvolvimento Regional</i>	UNITAU	SP	SE	2009
Planejamento e Gestão do Território (M/D)	UFABC	SP	SE	2010/2012
Planej. Regional e Gestão da Cidade (MProf)	UCAM	RJ	SE	2002
Planejamento Urbano e Regional (M/D)	UFRJ	RJ	SE	1972/1993
Planejamento Urbano e Regional	UNIVAP	SP	SE	2000
Desenvolvimento Regional (M/D)	UNISC	RS	S	1995/2005
<i>Desenvolvimento Regional</i>	FACCAT	RS	S	2012
Desenvolvimento Regional (M/D)	FURB	SC	S	2004/2011
Desenvolvimento Regional	UNC	SC	S	2006
Desenvolvimento Regional e Agronegócio (M/D)	UNIOESTE	PR	S	2002/2009
<i>Planejamento e Governança Pública (MProf)</i>	UTFPR	PR	S	2010
Desenvolvimento Regional	UTFPR	PR	S	2009
Planej. Territ. e Desenv. Socioambiental (MProf)	UDESC	SC	S	2006
Planejamento Urbano e Regional (M/D)	UFRGS	RS	S	1970/2003
Gestão Urbana (M/D)	PUC/PR	PR	S	2002/2008
Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (MProf)	UNOCHAPECÓ	SC	S	2009

Fonte: CAPES (<http://www.capes.gov.br>)

volta uma temática que havia sido relegada a um segundo plano durante as décadas de 1980 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas. São esses cursos os principais responsáveis pela ampliação da área de PUR nos anos mais recentes, que propiciam à área uma penetração em regiões fora das tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação, como é o caso do interior dos três estados da região Sul, no Centro-Oeste, do interior do Nordeste e da região Norte.

Como foi exposto há pouco, o desafio que emana da nova composição da área com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano), para o desenvolvimento (e gestão) regional e à demografia não se restringe à reflexão acerca da diversificação de temáticas e de problemáticas articuladas. Neste sentido não é suficiente

contemplar as articulações entre diferentes disciplinas que aparecem nas práticas de ensino e pesquisa desses cursos em planejamento urbano e regional, onde se observa na prática três formas mais típicas de interlocução entre o planejamento urbano e regional e áreas mais próximas. São articulações com, tendencialmente, (i) arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; (ii) com economia, administração empresarial, geografia e mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional; ou (iii) nas questões de gestão e análise ambiental, onde a colaboração com as geociências é importante e deve ser destacada.

Apesar da falta de uma consolidação de “perspectivas interdisciplinares” que surgem das práticas, a observação das apontadas “interlocuções” indica, ainda que superficialmente, a possível existência de uma compreensão comum de uma “interdisciplinaridade própria” do conjunto de programas da área de Planejamento Urbano e Regional. Pode-se, talvez, defender a hipótese que essa compreensão da interdisciplinaridade estaria, implicitamente, próxima à perspectiva dialética/histórica à medida que não entende a variedade de abordagens metodológicas “interdisciplinares” como procura explícita de ultrapassar e superar métodos disciplinares a partir de determinando objeto; mas essa interdisciplinaridade poderia vir a ser um resultado de um processo mútuo e interativo entre a procura pela própria identidade dos programas (sujetos), por um lado, e a identificação de objetos, sua articulação com métodos e técnicas na prática e sua apropriação em ensino e pesquisa (objetos), por outro.

A nosso ver, apesar das limitações que essas práticas revelam – resultado de condicionamentos históricos e das condições materiais dos cursos -, a maneira como essas limitações são enfrentadas vem mostrando certo potencial para dar conta da produção de conhecimento a respeito das questões que movem um curso de pós-graduação. Mas, como apontado várias vezes, a construção histórica da interdisciplinaridade não pode prescindir de seu “par dialético” que é uma permanente vigilância contra apropriações “naturais” ou técnicas da superação de diferentes formas e articulações disciplinares. Em outras palavras, o processo histórico/concreto com todas as suas determinações e limitações que impõe precisa ser constantemente refletido ao nível epistemológico.

Nota-se em quase todos os cursos e programas uma articulação em torno de determinadas temáticas e problemáticas, de campos complexos inclusive de intervenção na realidade, de objetos e de sujeitos produtores de determinados “espaços sociais”. Se essa “focalização” pode ser entendida, por um lado, como reflexo saudável a um desafio para os programas em criar um perfil próprio e distinto de outros programas; por outro lado, precisa ser acompanhado por um movimento oposto de uma “certificação epistemológica” da sua interdisciplinaridade que deve ser empreendida através de um crítica às próprias práticas que são sua base. Apenas assim será possível que uma abordagem que se diz interdisciplinar não degenera em uma mera técnica, conforme discutido antes.

## **INTERDISCIPLINARIDADE COMO ELEMENTO PRINCIPAL DE CARACTERIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Assim, não se deve cometer o equívoco de chegar à conclusão que a área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia seria “por natureza” interdisciplinar. Ou considerar como “natural” uma capacidade significativa da área a se ampliar no futuro por cursos que compartilhassem não apenas determinadas temáticas e problemas, mas que construíssem essa interdisciplinaridade através de um esforço permanente de suas práticas.

Uma agenda para o planejamento urbano e regional precisa evitar esses equívocos e contemplar os desafios de refletir sobre a própria interdisciplinaridade como condição básica para o avanço e a consolidação da área.

Pois, pela argumentação aqui apresentada, a investigação interdisciplinar, compreendida como historicamente formada a partir da prática de um conjunto de docentes/pesquisadores que se reúnem num coletivo comprometido com uma determinada visão do mundo e de sua inserção nele, não se determina “arbitrariamente” através de decisões intrínsecas a um conjunto de disciplinas que serão apropriadas – sejam no sentido “generalista” ou “integrativo” – conforme as necessidades de compreender certas temáticas ou solucionar certos problemas.

A interdisciplinaridade ou a realização plena de uma investigação interdisciplinar, conforme aqui introduzida – inspirada naquilo que foi colocado por Ribeiro em 2002 – é muito mais um processo em direção a uma meta distante, um horizonte a ser alcançado, em sucessivas aproximações.

A interdisciplinaridade ou a realização de uma investigação interdisciplinar precisa levar em consideração muito mais do que um conjunto de disciplinas que será apropriado para dar conta da complexidade – cada vez maior – dos objetos de suas atividades. A interdisciplinaridade exige uma reflexão inicial sobre a relação entre a prática da investigação e a práxis da atuação do investigador, a necessidade de identificar as potencialidades e limitações que derivam da relação entre sujeito e objeto de investigação e das suas possíveis consequências que os resultados podem trazer para essa relação.

Interdisciplinar, nesse sentido, se confunde com transdisciplinar como definido por alguns autores quando as articulações ultrapassam o mero âmbito científico de uma investigação e contemplam também elementos extra-científicos na determinação de investigações. Como apresentado acima, no atual trabalho essa diferenciação não faz sentido porque o “trans” já faz sempre parte do “inter”.

A reflexão sobre esse desafio epistemológico que a investigação interdisciplinar coloca, não elimina a necessidade de se determinar e trabalhar temáticas, problemáticas, questões, determinados universos de objetos e sujeitos etc. Mas a reflexão sobre a perspectiva do mundo expressa na compreensão interdisciplinar, como diz Ribeiro (2002), está no nível mais alto numa hierarquia epistemológica e anterior a quaisquer determinações metodológicas, metódicas e operacionais de um estudo interdisciplinar.

Como já mencionado, as próprias limitações impostas pelas condições de trabalho na produção do conhecimento (interdisciplinar) terão como resultado respectivas delimitações explícitas do campo de atuação de programas ao considerar certas problemáticas e temáticas, questionamentos, objetos de análise e intervenção, no caso algo como escalas e compreensões do espaço etc.. Assim se estabelecem características para

os programas que fornecem uma certa identidade e permitem a interlocução entre esses programas. Essa identidade não se coloca em nenhum momento como empecilho à interdisciplinaridade.

No atual caso, temáticas relevantes para a área estão relacionadas a seu nome: os cursos voltados para formas de políticas, planejamentos, intervenções e ações de agentes públicos – sejam governamentais ou não - em determinadas escalas espaciais, sejam locais, regionais, subnacionais ou nacionais e mesmo supranacionais. Novas agendas e atores foram surgindo nos últimos anos como movimentos que “planejam” e intervém, a sociedade civil (ou “organizada”), novas agendas e articulações que começam a aparecer em lugares onde antes não havia a expressão de planejamento e gestão em torno de temáticas do desenvolvimento o que se expressa na proposta de programas que abraçam essas ideias e querem contribuir com a qualificação de pesquisadores, profissionais etc.

Foi assim que do “planejamento” houve um deslocamento para o “desenvolvimento” em determinadas escalas. E, mais recentemente ainda, observa-se a proposta de cursos que tomam como seu campo de atuação a questão da política e da gestão pública que devem ser revalorizadas na medida em que o Estado (re) assumiu um papel protagonista na solução das crises recentes do capitalismo. Se hoje a área de PUR possui aproximadamente dezoito programas voltados para o desenvolvimento regional e territorial, há, por outro lado, um programa que articula desenvolvimento e política com dinâmicas sociais e um grupo de cerca quatro outros programas com foco em política e gestão pública num abordagem distinta daqueles cursos da área de administração e de ciência política, talvez uma das maiores promessas de uma futura ampliação da área.

Em síntese, como já mencionado antes, a área de Planejamento Urbano e Regional experimentou um aumento nos últimos dez anos como nunca houve antes. Acompanhou essa ampliação tanto uma dispersão geográfica para regiões distantes das principais metrópoles do país, como uma rica diferenciação de temáticas, questões e problemas do seu ensino e pesquisa. Com isto, mesmo nesse conjunto restrito de programas de pós-graduação, a possibilidade de qualquer coerência – seja analítica ou de conteúdo – entre esses programas parece mais afastada como nunca. Essa diversidade está sendo trazida para a ANPUR, na medida em que uma boa parte desses programas já se encontra filiada à associação.

Se duvidamos da existência de uma coerência analítica no inicio do século XXI entre os membros da ANPUR, hoje se pode ver com certa facilidade, que a conquista de uma coerência da área tanto na CAPES como na ANPUR dependerá de um esforço de todos os programas tomarem consciência de seus problemas e explicitarem suas perspectivas em relação às suas ações e investigações interdisciplinares. Como bem alertou Ribeiro (2002, p. 67) ao só se definir essa interdisciplinaridade a partir das temáticas de cada curso, em primeiro lugar, corre-se o perigo em degradar a interdisciplinaridade para o *status* de uma mera ferramenta ou técnica.

## PROPOSTAS À ANPUR PARA DISCUSSÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Se na discussão sobre o conjunto de cursos integrantes da área de planejamento regional urbano e regional/demografia da CAPES já se observou o incremento vertiginoso da diversidade nas atividades de ensino e pesquisa desses programas, em relação aos programas filiados e associados à ANPUR essa diversidade só tende a aumentar. Apesar de nem todos os programas credenciados pela CAPES já serem membros da ANPUR, a tendência “natural” é que estes procurem a ANPUR exatamente por causa da necessidade de terem um fórum mais amplo para discutir questões relativas ao seu posicionamento epistemológico que, em princípio, compartilham com programas credenciados pela CAPES em outras áreas.

Não há lugar aqui, no momento, para refletir sobre as potencialidades desse diálogo com a geografia, a economia, a sociologia, a ciência política e cada vez mais também com abordagens da administração pública. Mas, cabe retomar, brevemente aquela “oposição” que foi mencionada no início da argumentação desse trabalho entre a abordagem disciplinar de arquitetura e urbanismo e a interdisciplinar presente no planejamento urbano e regional, conforme Gunn (2002) identificou há mais de dez anos.

Como no atual trabalho não foi possível sequer acompanhar as mudanças mais superficiais dos programas de pós-graduação em relação às abordagens adotadas em ensino e pesquisas na área de Arquitetura, Urbanismo e Design, que certamente ocorreram no período em pauta, não temos como apreciar se aquela situação de uma suposta oposição permanece ou se alterou. Retomar esse diálogo entre vertentes de pensamento sobre o planejamento urbano e abordagens adotadas pelos cursos de arquitetura e urbanismo no qual Gunn apenas tocou muito superficialmente, seria, sem dúvida, um dos pontos de maior importância para imaginar que forma de coerência seria possível na ANPUR que englobasse essas duas áreas. A posição dos programas em Arquitetura e Urbanismo encontra-se hoje em uma situação bastante diferente em relação a época da análise de Gunn (2002). A própria apreciação deste autor a respeito daquela oposição mostra uma ANPUR onde havia uma certa polarização entre arquitetura e urbanismo e planejamento urbano e regional – ou, em termos institucionais, entre FAUUSP e IPPUR. Houve mudanças na área do Planejamento Urbano e Regional, como vimos, que afetaram a importância da proposta do IPPUR dentro da CAPES e certamente dentro da ANPUR. Não parece muito difícil imaginar que mudanças semelhantes ocorreram na Área de Arquitetura e Urbanismo.

Tanto pelos objetos e temáticas de pesquisa, quanto pelos problemas e preocupações de reflexão trabalhados no Planejamento Urbano e Regional e em Arquitetura e Urbanismo, essas duas áreas ocupam uma certa “centralidade” dentro da ANPUR – ao lado de outras como a Geografia, por exemplo - à medida que se preocupam com a construção do espaço social (nas suas diferentes escalas) e das suas representações. Portanto, um diálogo a respeito das suas abordagens interdisciplinares poderia caminhar para uma consolidação da associação em direção a uma forma de coerência que não deve ser analítica, mas sim epistemológica. A qual não determina temáticas ou objetos, mas indica abordagens e caminhos para ensino e pesquisa interdisciplinares onde cada um deve e pode encontrar seu lugar particular dentro de alguma comunidade “universal”.

Indo mais além de como as propostas foram originalmente formuladas por Ribeiro (2002, p. 70), aproveitando parte de suas propostas, parece-nos necessário buscar uma “unidade na diversidade” no mais alto – e ao mesmo tempo básico – nível epistemológico da interdisciplinaridade. E, é com essas propostas – e em homenagem a uma grande colega e amiga de muitos anos – que finalizamos esse ensaio.

Já foi mencionado antes que Ribeiro (2002) distinguiu entre propostas a serem implementadas pela direção da ANPUR e aquelas que devem ser implementadas por instituições filiadas e associadas, com apoio da diretoria da ANPUR. Seguiremos aqui seu exemplo e propomos algumas atividades que poderiam contribuir para o aperfeiçoamento da reflexão sobre interdisciplinaridade em toda a área. Como a atenção está mais voltada à característica interdisciplinar da área, as sugestões apenas estão voltadas para questões mais epistemológicas e metodológicas que devem ser enfrentadas por uma das duas vias mencionadas:

*1. Propostas a serem implementadas pela Diretoria da ANPUR* (Ribeiro 2002, p. 70 e 71)

- diálogo sobre interdisciplinaridade entre os membros da ANPUR em relação ao seu posicionamento epistemológico;
- realização de evento, com outras associações científicas, dedicado ao debate dos desafios do ensino em áreas inter- e transdisciplinares;
- mapeamento, junto com as instituições filiadas, do processo de renovação/ superação de matrizes teóricas
- organização de seminário sobre a crise paradigmática nas ciências sociais, em seus vínculos com a área do planejamento urbano e regional;
- discussão sobre as mais recentes transformações na subárea de Planejamento Urbano e Regional em relação a campos de ação, ensino e pesquisa dos programas pós-doutoral.

*2. Propostas a serem implantadas por instituições, com o apoio da diretoria da ANPUR* (Ribeiro 2002, p. 71)

- organização de evento voltado à reflexão do perfil do profissional formado pela área;
- realização de oficina dedicada ao exame dos efetivos frutos da pesquisa para as práticas didáticas;
- organização de publicação que explore exigências de formação associadas à transnacionalização do território e à nova mobilidade espacial da população;
- realização de estudo, com base nos Anais dos Encontros da Anpur, dedicado à identificação das principais referências teóricas da área.

Da mesma forma como essas propostas, os desafios também seguem atuais, mas são reformulados e se deslocam para uma maior explicitação da interdisciplinaridade e das práticas de investigações (interdisciplinares) correspondentes. As propostas aqui elencadas mostram um longo caminho a trilhar e muito trabalho pela frente.

**Rainer Randolph** é doutor em Ciências Sociais e Econômicas pela *Universitat Erlangen-Nürnberg*; professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ); coordenador da Área de PUR/Demografia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); pesquisador do Nossa Estado da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Brasil. E-mail: rainer.randolph@gmail.com.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M.C. E.; BRITO, S. M. O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. *Episteme*, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez, 2002.
- BRANDÃO, C. A. *Território e Desenvolvimento* – as múltiplas escadas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- DIAZ, E. Fundamentos da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão (Painel 1). *Encontro Acadêmico Internacional – Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Ambiente e Saúde*. Brasília, 27 a 29.11.2012. Relatório Síntese. Brasília: CAPES, mimeo, 2012.
- FLORIANI, D. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 33-37, jul./dez., 2004.
- GUNN, P. Retrato dos avaliados nas áreas básicas da CAPES em 2001. A pesquisa nos programas de pós-graduação segundo uma “área ANPUR”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 45-61, 2002.
- JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. Imanência, História e Interdisciplinaridade. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Org.) *Interdisciplinaridade*. Para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PIQUET, R., RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares. O ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.10, n. 1, p. 49-60, 2008.
- REPKO, A. F. *Interdisciplinary research. Process and theory*. Thousand Oaks, CA, London: Sage, 2012.
- RIBEIRO, A. C. T. O ensino do planejamento urbano e regional – propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 4, n. 1/2, p. 63-73, 2002.
- RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”- reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova, Revista eletrônica de geografia y ciências sociais*, v. XI, 245 (17), 2008.

**ABSTRACT** *Within the last ten years at the Coordination of Higher Education Personnel Improvement – CAPES – appears a new reality concerning the graduate courses in the area of Urban and Regional Planning through the accreditation of programs that (i) are mostly outside Brazil's major urban centers, (ii) which are dedicated to regional development and territorial management issues. This paper seeks to contribute to a reflection on an agenda for graduate courses committed socially and territorially in view of the challenges originated by the current conditions which differ significantly from similar reflections at the beginning of the new millennium which will be reviewed within the argument of our essay, in order to get back a brief resumption of an agenda formulated by Ana Clara Torres Ribeiro in 2002.*

**K E Y W O R D S :** *Urban and Regional Planning; agenda; graduate; Ana Clara Torres Ribeiro.*